

# UMA CASA PORTUGUESA



## Qualidade Devida

Luísa Schmidt

sociedade@expresso.impresa.pt

**A**o contrário da covid, que nos apanhou de surpresa, os impactos das alterações climáticas em Portugal já levam vários anos de progressivo reconhecimento e alerta. A situação é altamente preocupante em várias frentes: litoral, floresta, água, ondas de calor e frio... As vulnerabilidades são muitas, e uma das maiores está na fraca qualidade da maior parte do nosso parque habitacional: prédios urbanos e suburbanos, vilas intermédias e terras pequenas, esse mundo vasto onde se sofre com frio e humidade no inverno, e calor insuportável no verão. O país que se encheu de construção civil sobretudo desde a década de 1970, grande parte da qual de má qualidade, obriga a recorrer

a escafetas, radiadores e ares condicionados altamente consumidores de eletricidade e pouco eficientes. Eis uma imagem acabada de insustentabilidades que vão desde a saúde pública à pobreza energética, cujos índices em Portugal são dos mais elevados da União Europeia.

Tornou-se proverbial o desconforto térmico das nossas casas e a pouca frequência dos painéis solares nas habitações quando somos um dos países europeus que mais horas solares anuais regista.

É para alterar esta situação que o Pacto Ecológico Europeu vem estimular os países a promover planos e programas de eficiência energética financiados por fundos comunitários para acondicionamento térmico e energético das casas.

Neste contexto acaba de ser lançado o Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis (Despacho nº 8745/2020), que vem facilitar medidas como a instalação de janelas eficientes, de isolamentos térmicos, painéis fotovoltaicos e sistema solar térmico, entre outras. O Fundo Ambiental oferece uma percentagem razoável da despesa (até

7500 euros por habitação). É uma boa ajuda. Mas para garantir a sua eficácia e expansão é preciso reforçar fortemente a informação e o apoio direto e de proximidade às pessoas e famílias. É que repetidos inquéritos têm revelado que Portugal sofre de grande iliteracia energética, o que implica um esforço (in)formativo acrescido.

E não é preciso inventar nada. Na Inglaterra, há anos que se lançaram programas semelhantes e a sua eficácia foi assegurada por um conjunto de recursos diretos que chegaram a todos com medidas simples: uma linha telefónica, um endereço de *e-mail* e resposta rápida de brigadas que avaliavam as necessidades de cada habitação, ajudando também a instruir as candidaturas conforme as necessidades das pessoas e das casas.

Estamos, pois, perante uma oportunidade única de atacar

## Eis uma maneira de fazer chegar a muita gente os benefícios dos fundos europeus

ao mesmo tempo as várias vertentes de um problema e sermos eficazes na sua correção: da eficiência energética à justiça e à saúde pública.

Esta medida, lançada pelo Fundo Ambiental, tem de ser capaz de democratizar o acesso a estes incentivos. Não basta anunciar no portal que se tomaram medidas corretas. É preciso torná-las socialmente efetivas, justas e fazê-lo a tempo. Para isso há que comunicar de forma persistente e clara, bem como acompanhar a implementação das medidas libertando as pessoas de crípticas burocracias e de desmobilizadoras dificuldades. Tarefas que não cabem só ao Governo; mas também às autarquias de todas as escalas, às agências de energia e até às associações cívicas.

Hoje, que o país tem os olhos postos nos milhões de fundos europeus que vão chegar, esta é uma maneira de fazer chegar diretamente a muita gente o seu benefício tangível, promovendo o bem-estar social e, de caminho, criando emprego qualificado tanto para a mediação como para a instalação e futura manutenção dos equipamentos.